

Não vamos fazer mais dívidas para 1985

Inglese indignados com pedido brasileiro

A princípio, os bancos ingleses acharam que havia algum problema no aparelho de telex. Mas era verdade: o Brasil estava mesmo pedindo refinanciamento de uma dívida de US\$ 120 milhões, com juros inferiores. O pedido foi feito através do Departamento de Garantia de Créditos de Exportação, do governo inglês, e provocou indignação entre os banqueiros do país, segundo informa a agência de notícias Ansa.

Embora essa quantia seja irrisória dentro do montante da dívida externa brasileira, os bancos ingleses acham que conceder um privilégio desse tipo abriria um perigoso precedente. Uma fonte ligada aos meios bancários de Londres chegou a comentar que seria oportuno esclarecer se quando uma dívida é refinanciada por prazo superior a oito anos trata-se de "um risco brasileiro ou um risco britânico".

As vendas britânicas ao Brasil têm crescido, segundo as mesmas fontes, a uma média anual de 84%, e só nos primeiros sete meses deste ano chegaram a US\$ 170 milhões. Mas as negociações com o governo inglês costumam ser demoradas. No caso do pedido de refinanciamento solicitado há poucos dias, o que se comenta é que as discussões deverão prolongar-se por algum tempo. Os banqueiros argumentam que se o Brasil fosse buscar os mesmos recursos no mercado teria de aceitar taxas mais altas que as oferecidas pelos bancos ingleses.

Chicago

O 11º banco mais importante dos EUA, o First National Bank of Chicago, admitiu ontem estar em dificuldades financeiras causadas por atrasos no pagamento de empréstimos que totalizam US\$ 398 milhões. O prejuízo líquido seria de US\$ 279 milhões. Segundo o banco, as perdas se referem principalmente a financiamentos concedidos a empresas dos setores agrícola e energético norte-americano, mas uma parte dos prejuízos seria também relativa a empréstimos a países do terceiro mundo.

Segundo comunicado que distribuiu ontem, o banco considera esses valores "excepcionais". Até 30 de setembro último, os empréstimos não rentáveis — ou seja, aqueles de que não há certeza sobre o pagamento dos juros — estavam na casa dos US\$ 840 milhões.

Dólar

Continuam as oscilações da moeda norte-americana nos mercados europeus. Ontem, o dólar voltou a cair nas bolsas de Zurique, Paris, Frankfurt, Milão e Amsterdã, enquanto o ouro voltava a subir. Tudo isso em meio às informações de que importantes bancos norte-americanos enfrentam dificuldades econômicas.

Quando as primeiras notícias nesse sentido surgiram, as cotações começaram a baixar. Tiveram breve reação quando os "boatos" foram desmentidos mas voltaram a cair depois de confirmada a crise do First National Bank of Chicago, e também quando chegou aos principais mercados da Europa a notícia de queda geral nas cotações das ações da Bolsa de Nova York.

Ao final dos pregões de ontem, o dólar estava sendo negociado a 3,01 marcos alemães, 2,49 francos suíços e 9,25 francos franceses.



Galvêas diz que a renegociação com os bancos será mais fácil porque o País não deve precisar de empréstimos para 1985. Esse é o resultado do bom saldo no comércio exterior.



A renegociação da dívida externa neste ano será bem mais fácil do que nas vezes anteriores já que, provavelmente, o País não necessitará de recursos novos em 1985. A previsão foi feita ontem pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, ao informar que o assunto será definido em reunião com os banqueiros em Nova York, dia 5 de novembro, quando as autoridades econômicas apresentarão os resultados preliminares do balanço de pagamentos de 1984 e as projeções para o próximo ano.

Pelas previsões iniciais do governo, um superávit comercial de US\$ 10 bilhões (hipótese pessimista), em 85, mais financiamentos oficiais (do Bird, BID, FMI) e de fornecedores poderá ser suficiente para cobrir o déficit de US\$ 14 bilhões da conta serviços (pagamento de juros da dívida mais fretes, remessas, royalties) mais US\$ 1,7 bilhão da parte de amortização que não pode ser reescalada.

O saldo comercial de US\$ 10 bilhões deve ser obtido com exportações de US\$ 27 bilhões, quase o nível deste ano, menos importações de US\$ 17 bilhões, num crescimento de 15%. Levando em conta que antigos mercados começam a recuperar-se, como Argentina e Chile, o Brasil poderá obter mais US\$ 1,3 bilhão de exportações. Assim, enfatiza Galvêas, o mais viável mesmo é que o País não necessite pedir novos empréstimos, endividando-se menos no Exterior.

Em almoço com jornalistas no Ministério da Fazenda, o ministro reiterou seu otimismo com o resultado das conversas que manteve com dirigentes de 40 bancos, os maiores credores do país, durante sua permanência recente em Washington e Nova York. Assegurou que o clima hoje para o Brasil é inteiramente diferente, e bastante favorável a uma negociação melhor.

O próximo esquema de renegociação vai depender de várias hipóteses, a começar do resultado de caixa do país, hoje em mais de US\$ 6 bilhões. As renegociações do México e da Venezuela, que conseguiram reescalonar cinco e três anos de dívidas a vencer, respectivamente, certamente serão consideradas, mas isso não significa idênticas condições para o Brasil.

Inflação alta

Os banqueiros têm confiança no país, mesmo com a inflação alta, porque reconhecem que ela está ligada ao ajustamento do balanço de pagamentos. De forma que, se o país quer exportar mais e obter saldos comerciais elevados, a pressão inflacionária será evidente. Mais importante, porém, na avaliação dos banqueiros, segundo o ministro, é que consideram ter o Brasil investido bem os recursos captados no Exterior, tendo resolvido satisfatoriamente o problema energético e mudado a própria estrutura do balanço de pagamentos.

Com relação a investimentos estrangeiros, o ministro acha que não é só para o Brasil que o fluxo está menor. Quando a taxa de juros está alta, os investimentos declinam em todos os países. Galvêas admite a prorrogação do decreto que concede incentivos fiscais para a transformação de empréstimos externos em investimentos, mas reitera que a lei de remessa de lucros não será alterada.

O importante na discussão dos Investimentos, conforme o ministro, é mesmo a taxa de juros. Por isso, reitera que uma solução mais permanente para a dívida tem de passar, necessariamente, por uma redução de juros. Todos entendem isso na comunidade financeira, adianta o ministro, mesmo porque é tecnicamente injustificável que, estando a taxa de inflação dos Estados Unidos em 4%, os juros situem-se em 12,5%. Galvêas prevê queda dos juros, por menor pressão do déficit fiscal e menor crescimento da economia dos EUA, que este ano cresce 7% e, no ano que vem, apenas 2,5 ou 3%.

O ministro da Fazenda revelou que o cofinanciamento do Banco Mundial, com participação dos bancos privados, envolverá US\$ 1 bilhão para que a Eletrobrás conclua projetos prioritários, como Tucuruí. Estes projetos, na verdade, necessitam de US\$ 3 bilhões.

Desindexação

A desindexação da economia brasileira ficará mesmo como um desafio para o próximo governo, comentou Galvêas. Na sua opinião, uma forma segura de quebrar a indexação, que perpetua a inflação, poderá vir com uma boa safra agrícola e manutenção da austeridade monetária e fiscal.

Ele refuta análises de que, qualquer que seja o próximo governo, a inflação vai explodir. "Vai nada, está tudo sob controle", assegura. Para o chefe de sua assessoria de assuntos econômicos, Edésio Fernandes Ferreira, a inflação ainda está "boiando". E para o diretor da Área Bancária do Banco Central, José Luis Silveira Miranda, a queda da inflação está difícil mesmo.

A nova política salarial aprovada pelo Congresso Nacional, na opinião de Galvêas, terá impacto insignificante sobre a inflação, este ano, e, no próximo, é provável que venha a pressionar o índice. Na área das estatais, a nova política salarial vai aumentar a folha de pagamentos em 10%.

Finalmente, Galvêas reiterou que "é sem cabimento" qualquer proposta no sentido de que os candidatos à Presidência da República venham a ter representantes na delegação que renegociará a próxima fase da dívida externa. "O governo Figueiredo vai até 15 de março", frisou.

TRIGO

Importações financiadas

Uma linha de crédito de US\$ 500 milhões, para compra de 2,5 a três milhões de toneladas de trigo norte-americano, foi concedida ao Brasil pela Commodity Credit Corporation (CCC), do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Esses recursos fazem parte do programa de garantia de crédito às exportações norte-americanas e deverão ser usados até 30 de setembro do próximo ano. As taxas de juros serão flutuantes — variando junto com a prime rate — e o prazo de pagamento será de três anos.

A garantia de crédito oferecida pela Commodity Credit Corporation cobre 98% do valor FOB do produto importado e garante também a taxa de juro anual até o limite de 8%, o que acaba sendo uma redução no custo de importação, compensado internamente nos Estados Unidos pelo subsídio à produção por parte dos agricultores.

Com baixa cotação no mercado interno norte-americano e internacional, o trigo dos EUA tem sido usado parcialmente na substituição ao milho e outros produtos, como o sorgo, na formação de ração animal para produção de carne e leite. Este subsídio se reflete indiretamente no custo de produção do leite nos EUA, cujos excedentes (de suas reservas estratégicas) estão sendo doadas ao Brasil, provocando o protesto dos produtores de leite brasileiros, que vêem no produto estrangeiro um forte concorrente a uma maior remuneração pelo produto produzido internamente, geralmente a custos bastante elevados.